



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA NA ESCOLA (COM-VIDA): O IDEAL E O REAL NOS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO¹

Áurea da Silva Garcia²

Icléia Albuquerque de Vargas³

RESUMO

As Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vida) surgem a partir de demandas colocadas na I Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003), momento em que jovens de todo o país solicitaram a organização de conselhos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21 Escolar. Desta forma, foi proposto o programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” que tem, como uma das ações estruturantes, a Com-Vida. Destaca-se, dentre os objetivos do programa Com-Vida, a elaboração da Agenda 21 Escolar, por meio de planejamento participativo com o envolvimento da comunidade escolar. O trabalho ora apresentado deriva de uma pesquisa de cunho qualitativo, um Estudo de Caso, que analisou dez escolas da cidade de Campo Grande (MS), desenvolvendo, como proposta de intervenção, oficinas para criação e fomento da Com-Vida em duas das escolas investigadas. Para tanto, foi utilizada a proposta metodológica “Oficina de Futuro” prescrita pelo programa Com-Vida. Das várias possibilidades e entraves encontrados, a questão da participação permeou e constituiu-se um fator determinante para se alcançar os sonhos almejados, caracterizando-se, portanto, como fundamental a efetividade e legitimidade da participação para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Com-Vida, Agenda 21 Escolar, Participação.

1 Este artigo é derivado da dissertação “Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida): Desafios da Educação Ambiental como Política Pública”, apresentada em março de 2010 no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por Áurea da Silva Garcia, sob orientação da Professora Doutora Icléia Albuquerque de Vargas. A dissertação está disponível em: http://www.ppec.dfi.ufms.br/Dissertacao_Aurea_da_Silva_Garcia.pdf

2 Turismóloga, Mestre em Ensino de Ciências, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Caixa Postal 549, CEP 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil, E-mail: aureasilvagarcia@yahoo.com.br, Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul (GEPEA-MS) <http://br.groups.yahoo.com/group/gepeams>

3 Geógrafa, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Caixa Postal 549, CEP 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil, E-mail: icleiavargas@yahoo.com.br, Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul (GEPEA-MS) <http://br.groups.yahoo.com/group/gepeams>

ABSTRACT

The Environmental and Quality of Life at School Committees (Com-Vida) appeared from the First Children and Youth National Conference on Environment (2003), when the youths from all over the country requested the organization of youth councils of environment and the creation of the 21 School Agenda. In this way, it was proposed the program “Let’s Take Care of Brazil with Schools”, which has as one of the structuring actions the “Com-Vida”. We can highlight among the objectives of the program, the creation of the 21 School Agenda, resulting from a participative planning involving the school community. This paper presents a qualitative research, a Case Study, which analyzed 10 schools in the city of Campo Grande (MS), developing as an intervention proposal, workshops for Development and Promotion of “Com-Vida” in two of the schools investigated. In this way, we made use of the methodological proposal “Future Workshop” prescribed by the “Com-Vida” program. Among the several possibilities and difficulties found, the participation was the determinant factor to achieve the desired dreams, characterizing as fundamental the effectiveness and legitimacy of the participation to the strengthening of public policies related to the environmental education.

Key-words: Environmental education, Com-Vida, 21 School Agenda, Participation

INTRODUÇÃO

Acredita-se que as escolas desempenham importante papel na formação/transformação dos indivíduos, podendo contribuir na busca por uma melhor qualidade de vida das pessoas ao fomentar o respeito aos interesses coletivos e aos ecossistemas.

Com a Educação Ambiental (EA) espera-se a convergência e a potencialização de esforços e ações no âmbito da sociedade civil organizada, tendo, na instituição escolar, a capilaridade intrínseca e necessária para a difusão de informações e produção de conhecimento, considerando que cada localidade e comunidade são atendidas por alguma escola.

Neste sentido, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/99 (BRASIL, 2005), tem desencadeado processos permanentes de EA formal, não-formal e difusa, visando ao enraizamento de ações estruturantes e à capilaridade imbuída nas propostas dos diversos documentos – políticas, programas e projetos. Com a Política, definiu-se o Órgão Gestor, tendo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela não-formal e o Ministério da Educação (MEC) pela formal.

Para a EA difusa, uma das estratégias utilizada pelo Órgão Gestor foram as conferências de meio ambiente, adulta (MMA) e infanto-juvenil (MEC), as primeiras, realizadas em 2003.

Considerado um importante fórum de discussão e deliberações, a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (I CNIJMA), o evento envolveu cerca de 400

delegados que representaram, em Brasília, cerca de seis milhões de estudantes de 16 mil escolas.

Dentre as recomendações decorrentes da conferência destacam-se as descritas na Carta dos Jovens Cuidando do Brasil, “que propuseram a criação de conselhos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21 nas escolas do país” (BRASIL, 2007b, p. 9). Para atender tais recomendações e demandas identificadas, algumas iniciativas têm sido implementadas pelo Governo Federal, dentre elas, o programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, lançado em 2004.

Esse programa propõe um processo permanente de desenvolvimento da EA na rede de instituições escolares, capaz de trabalhar conceitos científicos, saberes tradicionais e políticas ambientais, através de inúmeras estratégias de múltiplas dimensões. Conforme documentos oficiais (BRASIL, 2007b), como uma das ações estruturantes, baseada na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade, surge assim a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida).

A Com-Vida tem como um dos seus objetivos fundamentais, a elaboração das Agendas 21 Escolares, com o envolvimento de toda a comunidade escolar – direção, equipe pedagógica, corpos docente, técnico e administrativo, alunos, pais e responsáveis, além de lideranças do entorno da escola. A partir da realidade local, espera-se que a comunidade escolar elenque suas demandas e busque alternativas, visando tornar a escola um espaço educador participativo, democrático, animado e saudável (BRASIL, 2007b).

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) responsável pela articulação e implementação de programas e projetos que concernem à Educação Ambiental. A qual identificou, no universo das escolas (11.475) que realizaram a II Conferência (2005), a criação de 4.147 Com-Vida, cerca de 36% do total. Para Mato Grosso do Sul, das 247 escolas participantes, constam 101 Com-Vida, 40% (BRASIL, 2007a; 2007b).

A PESQUISA

Proposta ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências – Educação Ambiental, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em 2007, num primeiro momento a pesquisa objetivava analisar as ações das Com-Vida nas escolas e em seu entorno, tendo um recorte, do universo de 101 escolas do Estado, para 10 escolas de Campo Grande.

O ano de 2008 foi dedicado a pesquisa documental (órgão gestor, secretaria de educação estadual, municipal e escolas), análise e interpretação dos dados coletados (entrevistas e observações) nas 10 escolas de Campo Grande-MS. Porém não sendo encontradas informações suficientes para o prosseguimento do planejamento inicial.

Levando em consideração que as Com-Vida encontram-se em desenvolvimento, e ainda, a exiguidade da bibliografia disponível sobre os resultados alcançados, o trabalho utilizou-se da metodologia Estudo de Caso - uma pesquisa empírica com propósitos exploratório e descritivo.

A opção metodológica foi amparada no fato de que essa proposta para a Com-Vida encontra-se aberta, em andamento, dessa forma, a escola pode, a qualquer tempo, decidir pela criação da Comissão. Segundo Yin (2001), o Estudo de Caso tem como objetivo investigar e explorar aquelas situações nas quais a intervenção não tem clareza no conjunto de resultados, ou seja, pouco controle sobre os eventos, e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Com isso, a pesquisa concentrou em conhecer a interrelação e a efetividade da implementação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vida) no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, analisando os reflexos e as iniciativas oportunizadas a partir da metodologia proposta pelo Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” e política pública.

Para atender uma das exigências do programa de mestrado, que é Profissionalizante, em 2009, foi proposta, como uma ação de extensão universitária, a realização das “Oficinas para Fomento e Criação das Com-Vida”. Tal iniciativa foi pensada como projeto de intervenção em duas escolas envolvidas na pesquisa, sendo uma da rede estadual e outra da rede municipal, ambas na cidade de Campo Grande(MS). Foi possível realizar nessas escolas todos os passos delineados na proposta da Com-Vida, com a utilização de metodologias participativas, com a mobilização e envolvimento dos diversos segmentos nas discussões e elaboração da Agenda 21 Escolar.

A partir do referencial teórico e metodológico proposto pelo Órgão Gestor, trabalhou-se a Oficina de Futuro, envolvendo a comunidade escolar na elaboração dos produtos a Árvore dos Sonhos, o Caminho das Pedras e o Plano de Ação (BRASIL, 2004). Na expectativa de uma construção democrática, essa proposta pedagógica e metodológica almeja que cada uma das escolas possua, a partir de suas realidades, o delineamento das diretrizes da Agenda 21 Escolar, assim como sua inserção no Projeto Político Pedagógico.

Para a realização do trabalho inúmeros autores, nacionais e internacionais, foram fundamentais. Podem ser enumerados por temáticas, como, por exemplo, autores que tratam de Educação Ambiental e Políticas Públicas, tais como: Carvalho (2004, 2006), Castro *et al* (1998), Deboni e Melo (2007), Diaz (2002), Ferraro Junior e Sorrentino (2005), Garcia *et al*, (2008), Guimarães (2004), Gonçalves, (1998), Lima (2004), Layrargues (2006), Lemo (2006), Loureiro (2004, 2006), Novaes (2000), Reigota (2001), Santos (2001), Sato e Santos (2003), Sorrentino *et al* (2005), Tozoni-Reis (2007), Trajber e Sorrentino (2007), Vargas (2006) e Viezzer (2005); autores cujas obras discutem a Agenda 21 e a Participação, como Arendt (2003), Almeida (2004), Barbieri (2009), Diaz (2002), Jacobi (2003, 2005), Novaes (2000) e Toro (1997); enquanto que para a opção metodológica buscou-se subsídios em Alves-Mazzotti (2006), André (2007, 2005), Bardin (2006), Bogdan e Biklen (1994), Ludke e André (1986), Ludke (1983), Stake (1983) e Yin (2001). É importante ainda destacar os documentos oficiais do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação (Brasil, 2004a-b, 2005a-c, 2006, 2007a-d, 2008), e páginas da internet sobre as temáticas abordadas.

O documento final de Dissertação, defendida em 2010, apresenta a interpretação, análise e discussão das informações coletadas e observadas nos vários momentos da pesquisa, desde as entrevistas em 2008, à realização da intervenção em 2009, foi possível tecer algumas considerações sobre os processos de implantação das Com-Vida, que poderão contribuir para a elaboração de Agendas 21 Escolares e, conseqüentemente, o fortalecimento das políticas públicas de Educação Ambiental.

A COM-VIDA

É necessário esclarecer que a Com-Vida se trata de um amplo programa do Órgão Gestor de Educação Ambiental, proposto como um sistema de reflexões/ações que, para o MMA, é traduzido por Comunidade de Aprendizagem sobre Meio Ambiente e Qualidade de Vida a partir da EA não-formal, e, no âmbito do MEC, a mesma sigla se define como Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas no âmbito formal. Conforme documentos oficiais, a Com-Vida está articulada à ideia de Paulo Freire a respeito da criação dos Círculos de Aprendizagem e Cultura em cada quarteirão, cada comunidade do nosso país:

Partindo da concepção freireana de Círculos de Cultura, esse sistema se fortalece na medida em que estimula o diálogo da escola com a comunidade e movimentos sociais por meio de um trabalho articulado de Secretarias de Educação, ONGs, e Coletivos Jovens. Todas essas dimensões são atualizadas com conteúdos ligados às questões socioambientais relevantes e atuais, globais e locais, que propõem uma reorientação dos estilos de vida coletivos e individuais na perspectiva de uma ética

de solidariedade, cooperação, democracia, justiça socioambiental, liberdade e sustentabilidade (BRASIL, 2007a, p. 35).

Os Círculos de Cultura ou Círculos de Aprendizagem e Cultura foram concebidos na década de 1950 por Paulo Freire em Pernambuco, com o Movimento de Cultura Popular (MCP). A proposta era alfabetizar adultos em 45 dias, considerando o tema gerador – a partir de suas realidades vividas. Para o ano de 1964, segundo Freire (1978), estava prevista a instalação de 20 mil Círculos de Cultura visando alfabetizar dois milhões de adultos no Brasil. O projeto foi interrompido com o golpe militar de 1964, porém popularizado em diversos países da América Latina e da África.

As contribuições de Paulo Freire são fundamentais para a contextualização da educação no Brasil: apesar de não tratar diretamente da Educação Ambiental, embasam práticas adotadas pelo Órgão Gestor no ensino formal e não-formal, na construção crítica, emancipadora, problematizadora e libertária.

As Com-Vida, inclusive no âmbito das escolas, são colocadas como tema gerador da atuação da escola e da comunidade e como o fio condutor entre essas instâncias, sem perder o foco no papel social da escola, centrado na reflexão e construção de conhecimentos, no oferecimento de ambientes e oportunidades de aprendizagens, pautadas na convivência e baseados numa proposta curricular e num projeto político-pedagógico (BRASIL, 2007a, p. 31-32).

No âmbito do Ministério da Educação, segundo Sorrentino *et al* (2005, p. 292), inicia-se um movimento para construir um processo permanente de EA na escola por meio de modalidades de ensino presenciais, à distância e difusas. As ações envolvem secretarias de educação estaduais e municipais, professores, alunos, comunidade escolar, sociedade civil e universidade. Esse movimento dá continuidade à sensibilização com a primeira conferência, bem como ao processo de capilarização dos Parâmetros em Ação/Meio Ambiente, lançando a campanha Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. Os autores ainda destacam:

Como política pública, algumas modalidades da ação do MEC se enquadram mais na perspectiva da intervenção direta, o que é natural, uma vez que tal intervenção incide principalmente sobre a educação pública, que já possui toda a sua estrutura como política realizada diretamente pelo Estado. O objetivo é inserir a educação ambiental no cotidiano da educação pública em todos os níveis de ensino (SORRENTINO *et al*, 2005, p. 297).

O Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” se propõe a construir um processo permanente de EA na escola, objetivando consolidar a institucionalização da EA nos

sistemas de ensino, por meio de um processo permanente que promova um círculo virtuoso de busca de conhecimento, pesquisa e geração de saber e a ação transformadora nas comunidades locais (BRASIL, 2007a, p. 34).

Desta forma, no Programa foram previstas várias estratégias, de educação a distância, presencial e difusa, sistematizando conhecimento por meio de pesquisas e publicações com experiências de educadores(as) ambientais atuantes em escolas, comunidades, universidades e organizações governamentais e não-governamentais, além do próprio movimento proposto nas Com-Vida, como uma das ações estruturantes:

Tendo em vista a sua relevância no processo de construção e reflexão do conhecimento local e a sua missão de (re)aproximação escola-comunidade, usando a questão socioambiental como fio condutor, o projeto visa a criação, consolidação e ampliação destas Comissões nas escolas (...) (BRASIL, 2007a, p. 57).

Para a construção da Agenda 21 Escolar, base de um planejamento coletivo, faz-se necessária a participação dos diversos segmentos que constituem a comunidade escolar. A partir desse planejamento, o fortalecimento da Com-Vida, pode cumprir seus objetivos: inserir a EA no cotidiano escolar; elaborar e executar a Agenda 21; contribuir na construção do PPP; realizar as conferências; estabelecer uma rede solidária entre as Com-Vida, Agenda 21 Escolar e Local; etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados coletados, desde a pesquisa documental de informações junto aos Órgãos Gestores da Educação Ambiental, passando pela análise das entrevistas e observações nas escolas, a realização da intervenção - Oficinas para fomento e criação das Com-Vida -, bem como, as contribuições de autores pesquisadores na revisão teórico-metodológica, buscou-se estabelecer uma discussão coerente sobre a Com-Vida.

A pesquisa evidenciou que as escolas apresentam forte potencial para capilaridade, pois, geralmente, reúnem grande diversidade socioeconômica, política e cultural, abarcando questões voltadas para o coletivo, assim como para grupos ou indivíduos de diferentes matizes, com influências positivas e/ou negativas. Revelam-se, assim, como espaços sociais potenciais para a participação coletiva e tomadas de decisões. Nesse sentido, acredita-se que possuam função aglutinadora para sediar as discussões sobre os problemas do lugar, as articulações de ideias e a busca por soluções.

Propostas como ação estruturante nas escolas, as Com-Vida estão imbuídas das premissas de políticas públicas e, está amparada em documentos nacionais e internacionais. A partir dela se prevê a participação e envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, tratando das problemáticas ambientais e seus impactos, tendo como balizador a elaboração e execução de um planejamento participativo – a Agenda 21 Escolar.

Quaisquer discussões ou ações envolvendo o espaço formal de ensino, seja por meio de um programa, projeto ou mesmo uma pesquisa, além de atender a legislação vigente, devem considerar as particularidades dos diversos atores que compõem a comunidade escolar. A simples indicação da Com-Vida, como uma ação estruturante, bem como a transversalidade da Educação Ambiental, fica na dependência de gestores escolares, gestores municipais ou estadual de educação, a decisão pela implantação e fomento, ou não.

As responsabilidades são delegadas às instituições de ensino para atender às demandas: nacional, estadual e municipal. Isto muitas vezes inviabiliza a efetiva participação e execução de propostas sugeridas, tais como as Com-Vida, bem como a sua discussão para alcançar os objetivos propostos.

Foram identificados itens recorrentes ao longo da pesquisa: a rotatividade de professores; a necessidade da valorização da profissão docente; a centralização e responsabilidades; a falta de autonomia de professores e de escolas; e, a baixa capacidade do proponente em acompanhar a execução de propostas.

Outras questões importantes que permearam a análise das informações coletadas foram a formação continuada, o envolvimento e responsabilidade de cada educador (docentes, direção, coordenação, técnicos, administrativos e apoio) na formação de cidadãos críticos e participativos.

Olhando especificamente para o recorte desta pesquisa, ao analisar as participações citadas, encontrou-se diversos nuances. No momento em que foi perguntado quem detém as informações sobre a formação Com-Vida (o grupo), os entrevistados responderam que seria a própria direção, coordenação ou algum docente que tenha participado da formação continuada realizadas após a II Conferências.

Também foi relatado o desinteresse e pouca participação dos pais na vida escolar, tendo sido sugerido, inclusive, que a família delega total responsabilidade pela educação às escolas. Sendo atribuído a esse desinteresse, a indisciplina, o desrespeito entre alunos, também para pais, funcionários e professores.

Quanto aos participantes da Com-Vida (toda comunidade escolar), conforme os indicativos da proposta, durante a pesquisa não se registrou informações que identificassem

grupos organizados, nem a participação de funcionários da área técnica ou de apoio na ocasião da criação da Com-Vida. Não foi possível, portanto, identificar mais precisamente a relação escola-comunidade, ou seja, a participação de pais, responsáveis e lideranças do entorno. Isto se situa contra a proposta idealizada, de que as escolas sejam espaços participativos, amplos e democráticos – com o envolvimento de toda a comunidade escolar.

A partir das questões relatadas, fica a indagação sobre como acontece a participação, já que as políticas públicas, principalmente de EA, sugerem participação ampla e irrestrita para a construção coletiva de espaços de reflexão, a exemplo da Com-Vida.

Contrariando as propostas das políticas públicas de EA, da própria concepção da Com-Vida, foram suscitadas a desvalorização da educação e do profissional da educação e a rotatividade de docentes nas escolas, como fatores que prejudicam tanto a autonomia da escola como dos profissionais da educação.

É importante destacar que, ainda como item recorrente, ao analisar os sonhos e desafios descritos nos bilhetes e tarjetas preenchidos por cada um dos segmentos da comunidade escolar (alunos, pais, técnicos, docentes e gestores) durante a aplicação da “Oficina de Futuro”, observou-se que, para eles, a valorização da educação passa pela formação de educadores visando suas contribuições efetivas na formação de cidadãos participativos e críticos.

Mais especificamente sobre a desvalorização do profissional da educação, principalmente dos docentes, citaram a rotatividade desses profissionais. Foi observado, durante a coleta de informações, que essa rotatividade influencia na produção e realização de atividades de EA na escola e em seu entorno. Aliás, a rotatividade de professores se destacou dentre as dificuldades para a implementação das ações da Com-Vida, segundo os entrevistados.

Conforme os relatos, os docentes se desdobram em vários turnos e escolas, perdem a solidariedade entre equipe, alunos e escolas, prejudicando o desenvolvimento de ações continuadas, por essa razão não participam de atividades no contraturno.

A capacidade do proponente em acompanhar a execução de uma proposta é tão importante quanto a participação efetiva da direção, coordenação, docentes, discentes, pais, responsáveis e lideranças do entorno, para a consolidação das políticas públicas. Entretanto, como citado anteriormente, a grande extensão territorial do Brasil, as diversidades socioeconômicas e políticas, e as diferentes realidades, impõem o desafio de acompanhar e apoiar de forma diferenciada a execução de políticas públicas seja qual for o segmento.

Programas e projetos são diferentes da sua concepção à sua execução – das propostas idealizadas às propostas executadas. A transversalidade expressa na política de EA, assim como a proposta da Com-Vida como um indicativo de ação estruturante, exigem um maior comprometimento da comunidade escolar, bem como acompanhamento sistêmico por parte dos responsáveis pela implantação de ações advindas de políticas públicas.

Nesse sentido, a presente pesquisa identificou deficiências nos processos de acompanhamento e avaliação das Com-Vida que, geralmente, só são lembradas pelos representantes dos órgãos gestores da política de EA – municipal, estadual e federal - na ocasião da realização das conferências.

Observou-se, também, que, mesmo as Com-Vida sendo parte de uma política pública, bem como outras ações de EA propostas para as escolas, esses projetos apresentam-se descontextualizados e são tratados como pontuais. Com o passar do tempo, são esquecidos, ou no caso da Com-Vida, só lembrados por ocasião da realização das Conferências, ou de pesquisas acadêmicas.

Por sua vez, as Conferências foram pensadas para cada dois anos, com a lógica de que nesse intervalo, a Com-Vida, o grupo organizado dentro da escola, estaria animando, trabalhando a Educação Ambiental e preparando a Conferência seguinte. Porém, pela inexistência desse grupo organizado – Com-Vida, os participantes das conferências anteriores não tomaram conhecimento e não se envolveram com a realização da edição seguinte, pelo fato de não estarem mais nas escolas, ou mesmo por insuficiência do processo de mobilização.

Vale ressaltar que na proposição de enraizamento da EA, nos programas e projetos do MEC, umas das propostas é que os alunos participantes das Conferências se estabelecessem nos Conselhos Jovens, fortalecendo-os. No caso específico de Mato Grosso do Sul, como citado, esse grupo também se desarticulou.

Assim, a partir das informações coletadas durante a pesquisa é possível afirmar que a participação é um dos fatores determinantes para o êxito de políticas públicas, em especial para a Educação Ambiental.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES

A Com-Vida foi pensada como um espaço educador coletivo, para que a comunidade escolar a utilizasse como instrumento para o planejamento e organização de sua Agenda 21 Escolar.

Assim, a comunidade, a partir de sua realidade, pode usar a escola para elaborar a sua Agenda 21, contemplando anseios, expectativas e demandas, haja vista que os princípios e premissas imbuídos na proposta dessa agenda prevêm a integração das comunidades com os seus ambientes escolares. A própria metodologia e o passo a passo propostos pelo projeto da Com-Vida, visam atingir diretamente as diversas localidades, em diferentes escalas, com o envolvimento de todos na elaboração das suas Agendas. Portanto, a implantação deveria partir das bases, ou seja, da escola para o município, do município para o estado, do estado para o país, contemplando os anseios a partir do local, avançando para o global.

Nesse exercício de inversão do processo atual, o fluxo seria a elaboração das agendas escolares, encaminhando-se para as agendas municipais e, por sua vez, colaborando com as regionais ou estaduais e, posteriormente, para as nacionais, retratando assim os anseios das comunidades em agendas nacionais e internacionais.

Partir da Agenda 21 Global não inviabiliza ou neutraliza o processo, porém deixa lacunas na execução e efetivação de um planejamento participativo. A concepção, desde o início pensada, formulada e proposta durante a Rio-92, destaca como indicativo a elaboração da Agendas 21 Locais com ampla participação da comunidade.

As percepções suscitadas no decorrer das entrevistas, observações e intervenções, ora podem parecer entraves (desafios), ora possibilidades (sonhos). Das inúmeras situações observadas, considerando que para toda regra há exceções, foram encontradas contradições entre o discurso e a prática.

A partir da proposição das Oficinas de Criação e Fomento de Com-Vida, obtiveram-se subsídios importantes que corroboraram as discussões sobre participação e envolvimento da comunidade escolar, descrevendo os seus sonhos e desafios para a escola.

É possível concluir que a EA ainda não se configura uma prática arraigada nas escolas e, quando acontece, se dá de forma pontual e sempre visando atender demandas externas e datas comemorativas, tais como realização das Conferências, Semana do Meio Ambiente, Dia da Água e Dia da Árvore, ficando a mesma sob responsabilidade de poucos professores (ciências ou áreas afins). Estes, quando a fazem, desenvolvem de forma voluntária, doando o seu tempo, normalmente em finais de semanas, pois durante a semana, estão se desdobrando em jornadas duplas ou triplas dividindo o seu tempo entre várias escolas.

As escolas enfrentam a sobrecarga de atividades, programas e projetos a elas encaminhados pelos órgãos gestores (municipal, estadual e nacional), além de propostas externas que competem com políticas públicas. Há descontinuidade de programas e projetos, e falta de acompanhamento e monitoramento pelo Órgão Gestor federal. Para a Com-Vida e a Agenda 21 Escolar, tais fatos são agravantes, pois são ações sugeridas e não constam das exigências locais.

Quanto ao acompanhamento e monitoramento por parte dos Órgãos Gestores, questiona-se sua capacidade de analisar e compreender a realidade vivida nas escolas, das diferenças sociais, políticas, administrativas, culturais e econômicas.

Ao tratar do desenvolvimento e execução de programas, projetos e ações propostas nas políticas públicas, é importante considerar as influências impostas pelas diversidades social, política, ambiental, econômica, até mesmo espaço-temporal. As políticas são planejadas para convergir e atingir resultados, passando do ideal (proposta) para o real (execução), percurso normalmente permeado por muitas dificuldades internas e externas, sobretudo no ambiente escolar.

A Constituição de 1988 nos assegura “direitos e deveres iguais”, porém o acesso a essa igualdade, nos diferentes níveis, depende do entendimento e participação dos segmentos envolvidos. Isto condiciona a construção de um Estado democrático e inclusivo. São garantidos espaços de participação dentro dos arcabouços legais e sistemas, seja de meio ambiente, saúde, educação, planejamento, transportes, energia, etc., porém, a participação e a efetividade das mesmas são muitas vezes centralizadoras e questionáveis.

Mesmo buscando democratização, muitas vezes os espaços são ocupados de forma centralizada, podendo favorecer a perpetuação de grupos no controle do poder, estabelecendo círculos viciosos, ao invés de círculos virtuosos.

A Educação Ambiental por si só traz uma carga de diversidade: conceitual, pedagógica e metodológica. Da conceituação às linhas de abordagem as escolas desenvolvem atividades que consideram como EA, porém, muitas são descontextualizadas de sua realidade e acontecem somente para atender demandas pontuais. As escolas têm em seu dia-a-dia a responsabilidade pela execução direta ou indireta das inclusões das diversas modalidades de educação, tendo suas capacidades, estrutural e social, sobrecarregadas.

Quantificar ou qualificar a participação em um país com dimensões continentais, com o histórico político e cultural como o Brasil, a representatividade e o interesse (pessoal ou coletivo) em qualquer área e espaço, seja na comunidade, na escola ou na sala de aula, passa, necessariamente, pela mobilização e formação dos representantes, para que não se

transformem em “massa de manobra”. Indiretamente, essa formação pode se dar a partir de atividades promovidas e organizadas pela sociedade civil, por meio de ONGs, pela própria APM (Associação de Pais e Mestres), clubes de mães, associações de bairros, de classe, etc., além dos próprios órgãos governamentais constituídos.

Para se alcançar a Educação Ambiental almejada – crítica, emancipadora e transformadora -, o Estado e a sociedade civil precisam estar envolvidos e comprometidos. Tal afirmação pode ser considerada um jargão ou de senso comum, pois se trata de uma premissa destacada frequentemente em documentos oficiais, pesquisas e produções teóricas de autores independentes e ligados ao Órgão Gestor de EA brasileiro. Porém, para se atingir tal meta, seriam necessários a sensibilização, o aprimoramento e investimentos dos órgãos gestores (estadual e municipal) e dos próprios gestores e educadores das escolas.

As propostas da Com-Vida e da Agenda 21, em suas concepções originais, encaminham para uma construção coletiva a partir da realidade vivida, possibilitando alterações de comportamento e atitude, conduzindo a mudanças estruturais, pedagógicas e sociais de uma comunidade que, lamentavelmente, não foi constatada nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Formando Com-Vida - comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola:** construindo agenda 21 na escola. Ministério da Educação, Ministério da Educação. – Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.

BRASIL. **Programa nacional de educação ambiental – ProNEA.** Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério de Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3.ed – Brasília: Ministério do Meio Ambiente., 2005. 102p

BRASIL. **Educação Ambiental:** aprendizes de sustentabilidade. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Cadernos SECAD 1. 109p. 2007a.

BRASIL. **Comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola – Com-Vida / Documentos - Técnicos – 10.** Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação Série 1.ed – Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 30p. 2007b.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau:** registros de uma experiência em processo. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 173p. ilustr. (O Mundo, hoje, v. 22)

SORRENTINO M. [et al] Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005

YIN, R. K., **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

